

Endividamento pode ter sido excessivo

■ Parente alega risco da crise asiática para explicar a quantidade de títulos emitidos

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – O Tesouro acumulou R\$ 48 bilhões em seu caixa entre 1996 e o primeiro trimestre de 1999. O levantamento foi realizado pelo deputado Sérgio Miranda (PC-doB-MG) que questionou ontem o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, sobre o motivo de o governo não utilizar este saldo para reduzir a dívida pública. “A dívida cresce independentemente das necessidades de financiamento. Ou seja, o governo está emitindo mais do que o necessário, transferindo dinheiro para o mercado que recebe taxas de juros altas na compra desses títulos”, afirmou o deputado.

Pedro Parente, que estava respondendo perguntas sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Comissão de Orçamento, disse que um dos objetivos das emissões maiores do que as necessidades de cobertura dos déficits é a criação de um “colchão de liquidez”.

Após a crise asiática, o governo ficou com receio de que o mercado financeiro exigisse taxas de juros muito altas para rolagem da dívida interna ou simplesmente quisesse exigir o resgate dos títulos. Se isso acontecesse, o Tesouro teria que ter o dinheiro vivo para reaver os títulos. Segundo informações obtidas pelo deputado, havia uma grande concentração de títulos vencendo em fevereiro de 1998.

Transferência – Sérgio Miranda observou, porém, que o Tesouro se financiou em R\$ 68,4 bilhões junto ao mercado até março de 1999, sendo que a necessidade de financiamento era de apenas R\$ 20,9 bilhões. Ou seja, a *sobra* foi de R\$ 39,3 bilhões. Metade da dívida mobiliária do Tesouro é corrigida pela taxa Selic, hoje de 32% ao ano. O deputado esteve no Tesouro Nacional para pedir explicações sobre o saldo de caixa e os

técnicos lhe informaram que essas *sobras* também são remuneradas pela Selic. “Mas quem paga é o Banco Central”, completou o deputado. O saldo disponível na conta única do Tesouro, de acordo com as informações obtidas pelo deputado no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), é de R\$ 51,7 bilhões. Nesse total, estão incluídos os saldos de caixa de todos os outros órgãos federais, autarquias e fundações.

Quando anunciou o superávit primário (receitas maiores que despesas, exceto juros) do primeiro trimestre, de R\$ 7,1 bilhões, o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, disse que esse dinheiro obtido não havia sido utilizado para a redução da dívida interna. Segundo ele, o resgate de dívida não havia acontecido por “problemas de liquidez do mercado”.

Sérgio Miranda lembrou, porém, que não cabe ao Tesouro fazer política monetária. “Qual é a autorização legal que ampara essa emissão de títulos acima das necessidades dos limites de financiamento do caixa do Tesouro?”, questionou. Parente prometeu enviar as perguntas para o Tesouro Nacional para uma resposta formal em até 30 dias.

Em sua resposta ao deputado, Parente ressaltou que o Tesouro vem emitindo mais títulos porque está absorvendo a carteira de títulos do Banco Central para que este fique mais à vontade para fazer apenas política monetária. Essa transferência de dívidas, porém, começou há apenas três meses. O governo vem justificando a obrigatoriedade de obtenção de superávits fiscais por causa da necessidade de reduzir a dívida pública. Para este ano, foi acertado com o Fundo Monetário Internacional a obtenção de um superávit de R\$ 30 bilhões somando as contas de todo o setor público.

Josemar Gonçalves – 10/11/1998



O ministro de Orçamento, Pedro Parente, justificou emissões maiores que os déficits: “colchão de liquidez”